

CONCEPÇÕES SOBRE A ESCRITA NA ANTIGÜIDADE

Paula da Cunha Corrêa
Universidade de São Paulo

verba volant scripta manent

A reflexão sobre a escrita e suas aplicações práticas, das origens de Roma até o século II d. C., é o objeto deste livro. A história das teorias ou idéias sobre a escrita na Antigüidade coincide muitas vezes com a da linguagem, pois, naquela época, o interesse pela escrita não se desvincula de um interesse mais amplo pela língua e, assim, grande parte dos textos estudados pela autora pertencem à chamada *gramática* antiga. Por sua vez, ao reconhecer que a maioria dos latinos tem sempre por referência teorias gregas, assume os mesmos pontos de vista e debruça-se sobre os mesmos problemas tratados pelos helenos, Françoise Desbordes remonta a estes em digressões que chegam a formar capítulos inteiros, sem, no entanto, perder de vista o seu objeto primeiro.

Como diz o próprio nome, “gramática”, para gregos e latinos, trata-se, a princípio, do estudo das letras, da escrita e da língua. Depois passou a significar o estudo dos textos nos seus diversos aspectos, um método de exegese para o estabelecimento e julgamento destes. Portanto, a gramática antiga sempre tem por base a língua escrita (ao contrário da lingüística moderna), mesmo quando se estuda categorias de linguagem, como na *Ars Grammatica*. Além dos textos desta *gramática*, Desbordes examina também uma série de comentários referentes à escrita que se encontram nos tratados de métrica, poética, retórica e filosofia, devido às filiações ou intersecções entre essas disciplinas.

Talvez grande parte do êxito deste estudo resulte de seu método: o rigor e trabalho de fontes. O livro, que tem origem na tese de Estado defendida em 1985 (Paris IV), *Sinais gráficos e unidades lingüísticas: textos latinos sobre a escrita desde as origens até o final do século II de nossa era*, oferece uma documentação riquíssima, e o leitor é sempre advertido sobre as condições em que o *corpus* se encontra. A autora, que partiu da reunião e análise dos textos da época, não é vítima de modismos, generalizações, nem aplica de forma anacrônica sobre textos antigos idéias modernas sobre a escrita. Por outro lado, o livro não se limita a uma descrição do pensamento antigo sobre escrita e linguagem (o que já seria trabalho notável) pois, possuindo também sólidos conhecimentos de lingüística moderna, Desbordes revela até que ponto as noções antigas sobre escrita e linguagem encontram-se reiteradas, desenvolvidas ou rejeitadas pelas teorias atuais.

O livro divide-se em duas partes, na primeira (“Disciplinas, autores e textos”, capítulos I a IV), após uma introdução sobre o *corpus*, os textos e autores estudados, a gramática antiga é defendida como a “ciência dos textos” (capítulo II). Segundo conta a lenda, a *gramática*, no sentido da exegese e do estabelecimento de textos característicos das escolas de Alexandria e Pêrgamo, teria sido introduzida em Roma por Crates no século II a.C. Como bem nota a autora, talvez não tenha sido Crates, mas foram então certamente escravos ou libertos de origens gregas que trouxeram consigo para Roma a arte dos *scholars*, os filólogos helenísticos que pontuavam os textos (facilitando e dirigindo a leitura), ofereciam glosas para termos obscuros e comentários a passagens difíceis. Assim, entre os romanos, tanto os objetos quanto os nomes que os designavam, “*Grammatica*” e “*grammaticus*”, foram importados e adaptados dos gregos — o termo latino “*litteratus*” (de “*littera*”) sendo empregado para “erudito” apenas tardiamente em Cícero.

Três eram as funções dos gramáticos latinos: a emenda de letras (*emendatio*), a pontuação (*distinctio*) e a anotação do texto (*anotatio*). A importância e necessidade de tal trabalho revela a especificidade da escrita e leitura na Antigüidade. Hoje os textos nos chegam “editados”, isto é, as palavras já são escritas separadas por espaços, há pontuação, normas ortográficas e gramaticais. Assim, nossa leitura é veloz, quase imediata. Entre os antigos, ao contrário, havia uma etapa preliminar de “decifração”. Se o texto não havia sido preparado anteriormente, o próprio leitor deveria decidir onde separar as letras e palavras, o que em muitos casos poderia acarretar graves distorções. A prática mais comum era, portanto, entregar o texto a um especialista que o estudasse e o lesse em voz alta. Além disso, aqueles que os quisessem ler sozinhos deparavam-se com

rolos de difícil manuseio, não sendo impossível, mas pouco prático e incômodo, voltar rapidamente a uma passagem, como hoje viramos as páginas.

Surge também no período alexandrino, em decorrência do trabalho de estabelecimento de textos, uma gramática no sentido de uma “ciência da língua” que procura estabelecer regras gerais de correção. Com a dispersão dos filólogos gregos após o século II a.C., esta gramática exerceu forte influência na *Ars Grammatica* dos latinos. O capítulo III desta primeira parte do livro dedica-se ao comentário destes estudos da língua latina e de seus autores que, baseando-se nos princípios da dialética estóica e analisando as relações entre a escrita e a língua oral, ocupavam-se de “problemas de correção”, isto é, de ortografia. Entre estes, interessantes são os comentários de Quintiliano e Plínio. Eles notam que a representação da oralidade pela escrita não é perfeita e que isto nem é necessário para que haja compreensão, da mesma maneira que as irregularidades presentes na própria língua oral não afetam sua funcionalidade. A ortografia que preconizam não é, portanto, normativa, mas uma disciplina histórica que poderá auxiliar o leitor de textos antigos nos quais grafias diversas são testadas.

A segunda parte do livro, sobre “Idéias e teorias”, inicia-se com as reflexões latinas a respeito dos “Caracteres Gerais da Escrita” (capítulos V-VI). O que é a escrita e qual a sua função, segundo testemunhas antigas? Conclui-se que, para os latinos, a escrita é o meio de registro dos sons da voz, do discurso oral, e sua função primária é torná-lo acessível a outros possíveis ouvintes, distantes no tempo e/ou espaço. *Verba volant scripta manent*. Assim, a utilidade da escrita reside, segundo Quintiliano (1.7.30), em “observar os sons e devolvê-los aos leitores como um depósito; é por isso que elas [as letras] devem representar o que nós dissermos”.

Em quase todos esses comentários antigos sobre a escrita, nota-se a preponderância da oralidade, em virtude da qual a escrita existe e à qual serve como instrumento. Tais reflexões relativizam o impacto da chamada “revolução literária” no mundo antigo. Havia já na Antigüidade uma norma escrita, diversa da oral? Segundo relatos de alguns retores latinos, parece que não. Assim afirma Quintiliano (12.10.5): “Para mim, dizer bem e escrever bem são uma só e mesma coisa, e um discurso escrito não é outra coisa senão um registro [*monumentum*] do discurso pronunciado”. Pode-se argumentar que os discursos dos retores eram textos que visavam uma performance, uma leitura oral. Certamente havia nessa época, ou mesmo antes, quem escrevesse apenas para ser lido, não ouvido; no entanto, os exemplos são abundantes.

Há, porém, outros testemunhos contrários ao de Quintiliano que apontam para diferenças nos próprios textos escritos e no seu modo de produção, quando comparados aos discursos orais. Nestes a escrita, entretanto, nem sempre é considerada inequivocamente superior ao discurso oral. Se, para alguns, ela oferece ao autor a vantagem de poder avançar na velocidade que desejar, parando para pensar, voltando atrás e corrigindo o que foi feito, isto, segundo Alkidamas, prejudica a capacidade de improvisação e agilidade do falante. Outra “desvantagem” da escrita, já assinalada desde Platão, é a “orfandade” do texto escrito que, na ausência do pai, poderá traí-lo.

Novamente, são de Quintiliano os comentários mais interessantes sobre a diferença no modo de recepção (leitura/audição) dos discursos, e as influências do meio (espaço e tempo disponível) sobre o texto produzido. Em uma de suas passagens, por exemplo, ao comparar as formas de recepção, Quintiliano (10.1.17) nota que a escrita dá vantagem ao leitor que poderá formar um julgamento mais seguro porque, ao discernir mais facilmente os artificios empregados pelo autor, não se deixará levar por eles. Por fim, Desbordes (1995: 89) aponta para a coexistência de duas tendências entre os relatos antigos que avaliam a escrita: uma a tem como “cópia secundária” e, portanto, como uma representação imperfeita da língua, enquanto na segunda a escrita “revela, para além das aparências, as unidades essenciais da linguagem humana”, sendo uma “forma tangível daquilo que é essencial”.

Os dois capítulos seguintes que encerram a parte “teórica” do livro, “A Voz Escrivível” (capítulo VII) e “Littera, Elementum” (capítulo VIII), tratam dos elementos de herança estóica na gramática latina: os conceitos de “articulação” da linguagem humana (que tem longa fortuna nos estudos lingüísticos) e da equivalência de *Littera/gramma, Elementum/stoicheion*. São examinados também os esquemas propostos por vários autores, de Diógenes Laércio a Prisciano (século VI d.C.), onde se discute a relação, na linguagem, entre racionalidade, articulação, significação e capacidade de representação pela escrita. A autora chega à conclusão que, antes de Prisciano (segundo o qual a escrita era um elemento secundário e exterior), os latinos seguiam mais fielmente o modelo estóico onde razão, articulação e a possibilidade de escrita que caracterizam a linguagem humana são estreitamente vinculados, em oposição à voz “não-escrivível” e confusa dos animais não-rationais. Mais tarde, problemas foram levantados por gramáticos latinos que questionavam a possível existência de uma

significação não-racional e não-articulada.

Os capítulos finais onde são examinados “os principais pontos de aplicação” da reflexão latina sobre a escrita dividem-se em três partes. A primeira é sobre a história do alfabeto latino (capítulos IX-X), de suas origens fenícias, passando pelos desenvolvimentos gregos (adaptação e invenção de letras) e o estágio intermediário etrusco, até as adaptações latinas onde a autora explica minuciosamente a invenção do G, o desaparecimento do Z, a inutilidade do K, X e H (entre oito letras “suplementares” gregas) e as transformações do digamma em F, do Koppa em Q.

Na segunda parte, “Correção e Ortografia” (capítulos XI-XV), Desbordes discute os ensaios dos gramáticos sobre esses dois temas e destaca a ausência de uma ortografia “oficial” (o que surge apenas no século XIX nas escolas e entre corretores de impressores), embora se possa traçar tentativas de certa normatização ortográfica desde Aristarco e a filologia Alexandrina. Entre os ortografistas antigos, são duas as tendências básicas: os adeptos da primeira, da ortografia “fonética”, pregam a necessidade de se “escrever como se fala”, enquanto os segundos, tomando por base a analogia, etimologia e história, isto é, critérios não-fonéticos, assumem uma prática que se revela, em geral, a mais conservadora das grafias antigas.

As dificuldades e a especificidade da leitura no mundo antigo é tema da terceira parte do livro (capítulos XVI-XVII). Questões como a da leitura silenciosa que, embora conhecida, era extremamente rara (como revela o célebre episódio de Santo Agostinho), as ambigüidades geradas pela *scriptio* continua e o vasto sistema de pontuação criado pelos gramáticos, com 20 sinais empregados de forma irregular, ilustram quão diversa e complexa era a leitura antigamente, comparada com a atual. De especial interesse para estudantes e leitores de textos gregos e latinos são os sub-capítulos onde explica detalhadamente as origens e funções de toda a série de sinais prosódicos, críticos, de pontuação e as *notae* dos antigos, além de trazer em anexo uma tradução integral do *Anecdoton Parisinum*, um documento importante sobre os sinais críticos. Por fim, na conclusão (“O Modelo da Escrita e a Língua Escrita, capítulo XVIII), Desbordes revela como os antigos, ao tomar a língua escrita como instrumento, criaram gramáticas e teorias sobre língua de forma geral, o que, por vezes, acarretou em distorções.

É, portanto, louvável a iniciativa da Editora Ática de publicar essa monografia erudita e especializada, pois, além de ser um instrumento fundamental para estudantes de filologia e estudos clássicos, pelas questões que aborda e a constante confrontação das teorias antigas com as modernas, o livro será também de grande utilidade para lingüistas e quem tiver interesse por história e filosofia da linguagem.

A Doutora Paula da Cunha Corrêa é Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

* * *

